

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Ed Alves/CB/DA.Press



Extremos climáticos e a ciência

Um país que tem sofrido com queimadas e enchentes. Este é o Brasil em 2024. Com foco nessa situação, a Procuradoria-Geral da República promoveu nesta semana a Oficina de Emergências Climáticas. O evento reuniu membros do Ministério Público Federal, acadêmicos, entidades da sociedade civil e especialistas do setor público. A iniciativa é fruto de parceria entre as Câmaras de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (4CCR), de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais (6CCR) e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC). Na abertura, a coordenadora da 4CCR, a subprocuradora-geral da República Luiza Frischeisen, destacou a necessidade da criação de uma rede de atores das diversas esferas da sociedade para a agir de forma imediata no enfrentamento da crise climática no Brasil. “As políticas públicas que temos hoje são insuficientes para a emergência climática que vivemos. Temos de trabalhar de forma mais rápida, mais coordenada e ao lado da ciência”, apontou.

Paulo H. Carvalho/CB/D.A Press



No ano de 2023, em reunião da Procuradoria-Geral com a Presidência do Superior Tribunal de Justiça, foram apresentados dados que indicam que, dentre todos os Ministérios Públicos do país, o MPDFT é o que possui a maior taxa de êxito em recursos perante o STJ. Enquanto a média geral de provimento de recursos naquela Corte é de 14%, a média obtida pelo Ministério Público nacional é de 37% e a média do MPU é de 28,13%. O índice de sucesso do MPDFT é de 65,17%.

“Limpa nome” sob investigação

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instaurou Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para apurar a conduta do juiz Josivaldo Felix de Oliveira, da 1ª Vara Cível da Comarca de João Pessoa. O PAD vai apurar o suposto envolvimento do magistrado em prática que ficou conhecida como “limpa-nome”. Constam evidências de que, pelo menos, R\$ 20,4 bilhões em protestos foram ocultados pela “indústria limpa-nome” no Serasa, SPC Brasil e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (IEPTB). As ações seriam movidas por associações, obtendo decisões que removem os beneficiários das listas de inadimplentes, ainda que os protestos continuassem ativos nos cartórios.

Pena mais severa para crimes contra advogados

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou ontem o Projeto de Lei (PL) 212/2024, que propõe a inclusão do homicídio qualificado contra advogados no Código Penal e estabelece causa especial de aumento de pena para lesões corporais dolosas cometidas contra esses profissionais no exercício de suas funções ou em decorrência delas.

Recuperando a autoestima

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) assinou um acordo de cooperação técnica com a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP), por meio da Fundação Instituto para o Desenvolvimento do Ensino e Ação Humanitária (Ideah). O documento prevê ações conjuntas e coordenadas para realização de cirurgias plásticas reparadoras em mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência, quando a seqüela resulta de crime ou ato infracional.



Arquivamento

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) pediu o arquivamento de uma investigação criminal sobre supostos delitos praticados pela plataforma Blaze.com. A apuração começou depois que uma apostadora procurou a Polícia alegando ter sido vítima da casa de apostas, cujo site, em determinado momento, não teria permitido que a consumidora resgatasse um alegado prêmio de R\$ 269 mil porque o botão “finalizar” não estava aceitando o comando. Após a apresentação da defesa da Companhia, no início de agosto, a Promotora de Justiça, da 3ª Promotoria de Justiça Criminal de São Paulo (SP), pediu o arquivamento das investigações relacionadas à contravenção penal de exploração de jogos de azar, assim como aos crimes de estelionato e contra a economia popular. Segundo o Ministério Público, a Lei 14.790/2023, promulgada em 29 de dezembro último, instituiu normas gerais para os jogos de azar denominados apostas de cota fixa, contemplando, assim, a modalidade explorada pela Blaze. A plataforma de apostas Blaze, patrocinadora do Santos Futebol Clube, foi defendida pelos advogados Leonardo Magalhães Avelar e Luiz Felipe Maia.

Despedida da 2ª Turma



Divulgação/STJ

Com a posse como corregedor nacional de Justiça marcada para 3 de setembro, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Mauro Campbell Marques participou de sua última sessão como integrante da Segunda Turma, da qual fez parte desde que chegou ao tribunal, em 2008. Ele recebeu várias homenagens na

sessão que também marcou o ingresso da ministra Maria Thereza de Assis Moura, ex-presidente do STJ.

“Hoje, temos o direito garantido, mas temos também a desinformação, que compromete a liberdade de escolha da eleitora e do eleitor e, por isso, a imprensa livre e independente não ajuda somente a informar. Eu não vejo como realizarmos um processo eleitoral seguro, transparente e íntegro sem essa imprensa”



Marcelo Ferreira/CB/DA Press

Ministra Cármen Lúcia, presidente do TSE